

A CRECHE ENQUANTO ESPAÇO DE EDUCAÇÃO, SOCIALIZAÇÃO E DEMOCRACIA

Meiryelle Freitas de LIMA¹
Priscila Beatriz de ALMEIDA²
Luci Martins Barbatto VOLPATO³

RESUMO: Durante muitos anos, a creche foi conhecida como um “amontoado de crianças”. Essa ideia, esta intimamente ligada com a forte presença das características que marcaram o início da história do Brasil. Hoje, há uma desconstrução dessa ideia, porém, o caminho há percorrer ainda é longo. Percebe-se que são os pais que tem essa visão preconceituosa, e isso, tem afetado na participação dos mesmos na vida escolar de seus filhos. Talvez, isso se dê pelo fato que os pais não vêm a creche como um ambiente educacional, nem os professores, mas sim como um espaço onde deixam seus filhos, vão para o trabalho e voltam para buscá-los. Nesse sentido, este trabalho trará uma reflexão acerca da participação dos pais na creche e o reconhecimento deste enquanto um espaço de educação, socialização e democracia.

Palavras-chave: Criança, Educação, Socialização, Participação.

1 INTRODUÇÃO

A temática “creche” é sempre veiculada com algumas séries de questões, como por exemplo, o medo, o preconceito, o mito e o senso comum, este enraizado historicamente na população. Nesse espaço, não se trata somente de superar o preconceito estabelecido em relação à instituição, é necessário algo além dessa ideia, sendo necessário estabelecer confiança entre pais, filhos, funcionários e instituição.

A creche não existe sozinha, ela deve estabelecer parceria entre seus atores. Cada um deve de maneira conjunta trabalhar as questões diárias e o dialogo é uma das formas mais eficazes de trabalhar a participação. A partir do dialogo há a troca de informações e de descobertas, e conseguinte há a valorização dos trabalhos desenvolvidos.

¹ Discente do 4º ano do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. E-mail: meiryellenf@hotmail.com.

² Discente do 4º ano do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. E-mail: priscila_21_rocha@hotmail.com.

³ Docente do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente.

Outro fato que discorreremos neste trabalho é a questão dos professores. Existem professores que não reconhecem a Creche como um espaço de socialização e educação da criança, eles reconhecem apenas como um lugar onde a criança fica sob seus cuidados e no final da tarde a mãe volta pra busca-la. Quanto a isso, um trabalho a ser realizado para mudar essa realidade, é trabalhar junto aos profissionais que a creche não é para a mãe, e sim um direito da criança.

A participação da família é um desafio para a educação. A creche tem suas dificuldades ao firmar dialogo com a família, pois ao firmar esse dialogo rápido, trata apenas de assuntos rotineiros, trabalhando assim de forma pontual as dificuldades e evoluções da criança. Já a família, por outro lado tem seus obstáculos no que diz respeito ao não reconhecimento da creche como um espaço de educação e socialização da criança. Talvez isso se justifique pela falta de informação, e se a equipe trabalhasse a importância da creche isso provavelmente não acontecesse.

2 O QUE É CRECHE?

Adentrar ao universo da uma creche exige prudência, haja vista que é necessário considerar os diversos contextos que a cercam, pois durante muito tempo a mesma foi conhecida como um “amontoado de crianças pobres”. Esta ideia está intimamente ligada a forte presença das características que marcam o inicio da história do Brasil. Por isso, é necessário que se faça um estudo sobre as diversas situações que ocorrem em seu cotidiano, ou seja, que não abranjam apenas o espaço que é a creche, nem apenas os profissionais que ali estão, mas a família como um todo.

Mesmo vindo passando por grandes transformações, a família ainda é a base de formação para toda e qualquer criança, pois é a partir dela que há os primeiros desenvolvimento da criança. Sendo assim, a família é o lugar que a criança desenvolve suas habilidades, seu comportamento e outras capacidades. Porém, nesse processo de desenvolvimento, a criança não fica limitada apenas a família, ou seja, chega um momento que os pequenos precisam ser introduzidos ao mundo, e a creche cumpre esse papel de intermediador.

A esse respeito, ARENDT (2005, p. 238), escreve que;

Normalmente a criança é introduzida pela primeira vez no mundo através da escola. No entanto, a escola não é de modo algum o mundo e não deve fingir sê-lo, em vez disso é a instituição que interpomos entre o domínio privado do lar e o mundo com fito de fazer com que seja possível a transição, de alguma forma, da família para o mundo.

Assim, a creche enquanto espaço de desenvolvimento, estabelece uma parceria com a família, desse modo inicia-se um processo de responsabilidade com a criança, pois a mesma precisa de atenção especial, uma vez que a fase de transição de casa para a creche é muito significativa para a criança, haja vista que tudo para a criança é novo, sair de sua casa para outro ambiente exige cuidado.

Com isso, o trabalho na creche é determinado por uma rotina diária que contempla-se de diversas atividades pedagógicas, por outro lado a rotina também contempla-se de horários já pré estabelecidos pela instituição, fato este que tem tornado a creche um campo de conflito, ou seja, na visão de alguns esse “pré estabelecido” é visto como natural, já para outros veem como um espaço restrito a participação na gestão e na vida diária dos pequenos. Nesse sentido, vê-se a necessidade de uma participação dos pais, professores e demais funcionários no sentido de troca de experiências, por exemplo, a troca de informações é plausível pois ela é o foco principal no que diz respeito ao desenvolvimento e a adaptação da criança.

Assim sendo, o envolvimento dos pais e o entendimento por parte dos professores da creche enquanto espaço de educação e socialização da criança, possibilita que o trabalho desenvolvido seja de fato de qualidade, fazendo assim, com que a creche seja reconhecida como modelo de educação. Nesse sentido, mesmo cada um com seu papel, ou seja, profissionais da creche e família, caminham todos para um bem comum: a criança.

A creche entende a participação da família por diversas formas, porém entende como primordial a participação nas reuniões, bem como na vida diária da criança. Nesse sentido, família e creche devem formar um par conceitual, ou seja, esse par deve partilhar responsabilidades entre si no que diz respeito a educação e a socialização dos pequenos.

Se bem elaborado, o trabalho desenvolvido com a família alcança êxito e faz com que a participação não seja apenas no sentido de participação de reuniões, ou em informações diárias referente a como a criança se comportou no dia

anterior. Nesse sentido, na realização de trabalhos em grupo com famílias se faz necessário deixar claro para a família o real papel da creche na vida da criança, para isso o primeiro passo é entender junto com a família o que é a creche. Referente a isso, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e da Condição Feminina preconiza em seu manual que creche é;

Um local destinado a favorecer o desenvolvimento da criança pequena, de 0 a 4 anos, em todos os seus aspectos. Onde, diariamente, a criança permaneça durante um determinado número de horas, sendo cuidada por adultos, atendidas em todas as suas necessidades básicas e retornando para a casa no final do período. A creche é principalmente um lugar feito sob medida para a criança pequena, onde ela se socializa, estabelece relações afetivas diferentes daquelas que desenvolve em sua casa. Os benefícios da creche podem ser inúmeros tanto para a criança como para sua família e a sociedade. Antes de mais nada, creche... é creche. (CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER E DA CONDIÇÃO FEMININA)

Portanto, tal citação evidencia que creche é creche e a mesma não pode ser em hipótese alguma confundida com escola, ela possui características próprias de atendimento de crianças de 0 a 4 anos de idade, pois como já citado, é na creche juntamente com o apoio e a participação da família que há os primeiros desenvolvimentos, as primeiras descobertas e onde os pequenos desenvolvem suas capacidades afetivas.

2.1 Surgimento das Creches no Brasil

A temática creche é geralmente veiculada a visão do senso comum, este que fecha janelas sem antes conhecermos o que há do lado de dentro. Haja vista que, o surgimento das creches se seu deu inicialmente com foco no cuidado a criança enquanto a mãe ia trabalhar.

Exigência da própria burguesia, a creche cumpria seu papel de benesse do assistencialismo, e não pelo direito, desempenhava seu papel de função social de guardar a infância da família pobre que cada vez mais possuía mulheres adentrando o mercado de trabalho.

Fundadas inicialmente pelas organizações sociais ou filantrópicas tinham em sua essência caráter meramente assistencialista e direcionado as

famílias pobres, talvez esse foi um dos motivos pelos quais a creche ficou conhecida como um depósito de crianças em situação de pobreza.

Porém, com a Constituição Federal de 1988 a educação infantil perde esse caráter assistencialista e passa a ser dever do Estado em oferta-lá e direito de toda e qualquer criança.

Os primeiros trabalhos na área da educação infantil tiveram procedência a partir da constituição de 1988 conforme versa o artigo 208, inciso IV da referida constituição “dar atendimentos em creches e pré escola, às crianças de 0 a 6 anos” e o artigo 7, inciso XXXV estende essa ideia quando menciona que “assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até os 06 anos de idade em creches e em pré-escolas”. A Constituição Federal, não referencia apenas a direitos específicos que não são circunscritos apenas a família e a criança, mas também a educação, pois no seu artigo 205 a educação é entendida como direito da criança e dever do Estado e também da família, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Para garantir e resguardar os direitos da criança e do adolescente, é promulgada com a Lei 8.069 de 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente, que versa que:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - direito de ser respeitado por seus educadores;
III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.
Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Parece-nos obvio discorrer sobre os direitos da criança e do adolescente, ou seja, parece-nos que não há a necessidade de apontar tais direitos ou mesmo assegura-los, haja vista que em nosso subconsciente, tais direitos deveriam ser cumpridos e assegurados sem que houvesse lei para certifica-los.

Posteriormente ao ECA, surge a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional através da Lei 8.934, que dispõe em seus artigos como deve ser a educação, conforme citação a seguir:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Percebemos então, que neste artigo há o rompimento com a educação infantil preparatória, fazendo então com que surjam novas práticas ao trabalho direcionado à infância, ainda, mediante a citação acima a educação infantil sai do terreno de “assistencialismo” para o campo de “educação”.

O espaço deve ser acolhedor, seguro e capaz de oferecer experiência aos pequenos, de forma a tentar diminuir os anseios e inseguranças. O ambiente, também deve ser capaz de proporcionar o desenvolvimento motor e cognitivo da criança, pois a creche deve ser um espaço de construção da cidadania infantil. Nessa perspectiva para Oliveira e Andrade;

Nas Diretrizes Curriculares propostas no ano de 1999, as instituições de Educação Infantil, creches e pré-escolas, são reconhecidas como espaços de construção da cidadania infantil, onde as ações cotidianas junto às crianças devem, sobretudo, assegurar seus direitos fundamentais, devem ser subsidiadas por uma concepção ampla de educação e pelo questionamento constante sobre a educação que queremos para nossas crianças, hoje e no futuro. (Política de Atendimento à Infância no Brasil. (2008, p. 7)

A importância na qualidade de atendimento, bem como espaço físico é reafirmada nas Diretrizes Curriculares, onde há o apontamento para uma qualificação dos profissionais que estão engajados no processo de educação. Para as autoras é necessário que os profissionais estejam qualificados para a defesa e a promoção dos direitos da infância. Torna-se fundamental que as creches sejam espaços de educação de qualidade, comprometidos com o direito da infância.

2.2 Pais na Creche

A participação da família na creche representa um desafio a ser conquistado, especialmente no que se refere a qualidade desse encontro. Participação não pode ser entendida apenas como os momentos de reunião bem como nos participação conselhos. Participação é algo mais além, ela abrange outro universo que envolve a família no cotidiano não apenas da criança, mas da instituição.

Segundo SOUZA (2007) participação não é um fim em si mesmo, mas um processo que envolve tempo, compromisso, aprendizagem e muita reflexão, pois em linhas gerais segundo ela, BORDENAVE (1994, p. 72-73), reflete sobre a qualidade da participação;

A qualidade da participação se eleva quando as pessoas aprendem a conhecer sua realidade e refletir; a superar contradições reais ou aparentes; identificar premissas subjacentes; a antecipar conseqüências; a entender novos significados das palavras; a distinguir efeito das causas, observações de interferências e fatos de julgamentos. A qualidade da participação aumenta também quando as pessoas aprendem a manejar conflitos; clarificar sentimentos e comportamentos; tolerar divergências; respeitar opiniões; adiar gratificações.

Ainda, SANTOS (2007) cita SPANGGIARI (1998, p.96) quando relata o que muitos pensam sobre participação;

[...] que a participação pode representar, para as instituições educacionais e escolares, uma carta premiada para a inovação e a qualificação uma ocasião para potencializar as defesas em relação aos perigos da “burocratização” e um estímulo para alcançar objetivos de colaboração entre pais e os educadores.

Quanto a isso, fica nítido que a participação não se define apenas sob o olhar de um único ângulo, e não pode ser reduzida exclusivamente a uma única definição. Sobre isso, BORDENAVE (1994, p. 76) aponta que participação é “um processo amplo e multifacetado que não cabe estreita simplificações, ela é uma necessidade humana e, por conseguinte, constitui um direito das pessoas”. Portanto, seria interessante incluir todos os atores no projeto pedagógico da creche, fazendo assim que haja um dialogo e ampla participação entre os atores, sendo eles: criança – família – professores – coordenadores e demais funcionários. Assim, segundo MELO (1998) a participação dos pais é um exercício diário das aceitações de

diferenças, pois ao participar os pais aprendem a exercer seus direitos e os educadores aprendem a respeitar e valorizar as diferenças de cada família. Afinal, a participação da família na instituição faz com que os mesmos se sintam mais confiantes e conseqüentemente participem da rotina da creche. Porém, cabe lembrar que este não é um processo rápido, mas gradual, com pequenas demonstrações de participação, significativas podemos dizer, mas que já mudam a história e a rotina da instituição.

Como mudar essa realidade? Como transformar a não participação em participação? O berçário, que é o primeiro contato quando bebe que a criança tem com a creche pode ser diferenciado, ou seja, os pais poderão estar presentes em momentos simples, como por exemplo, auxiliar na confecção de um painel, ou participando nas rodas de conversa com seus filhos. Ainda, poderão auxiliar nas oficinas e através disso irão conhecer o trabalho diário realizado.

As reuniões se bem planejadas podem ser a porta de entrada para uma participação efetiva. A primeira providencia a ser tomada, é referente ao horário que a mesma é realidade, depois, os profissionais, ao organizarem a reunião podem fazer algo diferenciado, uma gravação de vídeo das crianças, da forma que elas se desenvolvem. Isso é algo simples, mas que chama atenção dos pais e os leva a participação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que muitos são os desafios a enfrentar. Mitos devem ser quebrados, e estereótipos destituídos. A visão do senso comum fecha janelas sem antes conhecermos o que há do lado de dentro. Creche não é um amontoado de crianças em situação de pobreza. Creche é um espaço de educação, onde é proporcionado à criança desenvolver suas habilidades, seus movimentos, conhecimentos.

Num primeiro momento, percebemos que a creche não é conhecida como um ambiente de educação, socialização e democracia. Os professores até entendem essa função que a creche tem, mas entendemos que infelizmente eles ainda não a compreendem num espaço maior. Porém, essa é uma tarefa árdua, é necessário cautela ao estabelecer para os professores o que é creche e qual sua

real função. Para mudar essa quadro, talvez fosse necessário a coordenadora pedagogia juntamente com a assistente social, estabelecer parcerias com os profissionais da área da saúde, como por exemplo, o psicólogo. Nesses grupos, poderão ser discutidos assuntos como se dá o desenvolvimento da criança, e nesse ambiente a coordenadora também poderá trabalhar a creche como um espaço de direitos e não como um favor aos pais. Também, para o desenvolvimento deste grupo, a assistente social poderá discutir com o mesmo a gestão da creche, suas dificuldades, seus pontos positivos e negativos, e assim em conjunto criar meios para melhorar a acolhida, o atendimento e a participação.

No que se refere a participação dos pais, é primordial entender que a creche não é composta apenas pela família e a criança, ela é composta por funcionários, família e criança, um não existe sem o outro, ou seja, eles formam um par conceitual. A família é geralmente culpabilizada pela não participação, porém não se procura entender o porquê da não participação.

Outro fato importante é a relação entre creche e família, uma vez que muitas pais se sentem na condição de dever favores aos funcionários, pelos cuidados que os mesmos tem com seus filhos, porém ainda não compreendem que a creche é um direito da criança e por isso, não precisam prestar gratidão eterna aos funcionários.

Por fim, concluímos que a participação é uma construção diária, que se dá a partir do dialogo. E, a partir desse diálogo a creche será referencia e conhecida como um espaço de educação, socialização e democracia.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ARENT, H. **Entre o passado e o futuro**. 5 ed. São Paulo: Perspectivas, 2005.

BRASIL. **Conselho de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer 22/98. Discute as Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Infantil**. Brasília 17 de dezembro de 1998.

_____. Lei Darcy Ribeiro. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional (1996)**. **Lei Darcy Ribeiro. LDB: lei de diretrizes e bases da educação: lei 9.394/96**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. Ministério da Educação. **Estatuto da Criança e do Adolescente. (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990)**. Brasília: MEC, 2004.

_____. Ministério da Educação. **Legislação. Lei nº 10.172 que Estabelece o Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2001.

BORDENAVE, J.E.D. **O que é participação?** 8 ed. São Paulo: Brasiliense 2002.

CARVALHO, Ana Lúcia Ribeiro de; RIBAS, Maria das Graças Perícolo; ROSA, Rodésia de Brito; GUEDES, Sílvia Maria Lima. **Creche na teoria e na prática do assistencialismo à educação**. Presidente Prudente, 2003.

HADDAD, Lenira. **A creche em busca de identidade: perspectivas e conflitos na construção de um projeto educativo**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MELO, A.M. **Um dialogo com os diretores de Creches e Pré-escolas. Os afazeres na Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 1998.

RIZZO, Gilda. **Creche: organização, montagem e funcionamento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

ROSEMBERG, Fulvia; CAMPOS, Maria Malta; PINTO, Regina P. **Creches e pré-escolas. São Paulo: Nobel: Conselho Estadual da Condição Feminina**, 1985.

SANTOS, Liliana Santoro. Pais na Creche: **Construindo relações no cotidiano**. 2007. Disponível em http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5333. Acesso em 07 de abril de 2013

SANTOS, Fábio Alexandre Barboza; PEREIRA, Márcia Giseli; FERNANDES, Regiane Alves Domingues; SILVA, Sandra Araújo Pereira da; SILVA, Vivian Aparecida Barbosa da. **Relação creche-família**. Presidente Prudente, 2002.

SPANGGIARI, S. Considerações críticas e experiências da gestão social. Manual da Educação Infantil de 0 a 3 anos. Porto Alegre: Artmed, 1998.